

GÊNERO, PODER E SUBALTERNIZAÇÃO: A PERSISTÊNCIA DO PATRIARCADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Aline Rodrigues Maroneze¹

Dandara Christine Alves de Amorim²

Etyane Goulart Soares³

RESUMO: Este estudo examina a permanência das assimetrias de gênero na sociedade contemporânea, considerando a influência da cultura patriarcal na reprodução das desigualdades sociais. Analisa-se como a histórica divisão entre os espaços público e privado contribuiu para a hierarquização das relações entre homens e mulheres, cujos efeitos ainda se manifestam nas práticas institucionais e jurídicas. Embora a igualdade formal tenha sido incorporada aos ordenamentos jurídicos, persistem desigualdades materiais sustentadas por construções culturais e simbólicas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica interdisciplinar, articulando filosofia, sociologia e direito. Busca compreender mecanismos de subordinação feminina e possibilidades de transformação social.

Palavras-chave: Gênero; Patriarcado; Desigualdade estrutural; Subordinação feminina; Cultura; Emancipação.

ABSTRACT: This study examines the persistence of gender asymmetries in contemporary society, considering the influence of patriarchal culture on the reproduction of social inequalities. It analyzes how the historical division between public and private spheres contributed to the hierarchization of relations between men and women—effects of which still manifest in institutional and legal practices. Although formal equality has been incorporated into legal systems, material inequalities sustained by cultural and symbolic constructs persist. Adopting a qualitative approach, the research is grounded in an interdisciplinary literature review that integrates philosophy, sociology, and law. It seeks to understand the mechanisms of female subordination and the possibilities for social transformation.

Keywords: Gender; Patriarchy; Structural inequality; Female subordination; Culture; Emancipation.

1. INTRODUÇÃO

A formação social ocidental estruturou-se sob bases patriarcais que instituíram, historicamente, uma divisão hierarquizada entre os gêneros, atribuindo às mulheres funções

circunscritas ao âmbito doméstico e aos homens a centralidade nas esferas pública, política e produtiva. Tal ordenação não apenas delimitou espaços de atuação, mas consolidou um sistema de poder que naturaliza desigualdades e as

¹ Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI. Bolsista do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) stricto sensu. Professora universitária e advogada. E-mail: aline_maroneze@yahoo.com.br

² Doutoranda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e mestre em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenadora do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia (Univar). E-mail: advdandaraamorim@outlook.com

³ Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito- Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC. Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ (2021). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Futura (2020). Graduada em Direito (2014 - 2018) na Universidade de Cruz Alta- UNICRUZ. Advogada e professora universitária. E-mail: etyanesoares@hotmail.com

reproduz por meio de práticas culturais, jurídicas e institucionais que persistem na contemporaneidade, ainda que sob formas ressignificadas.

A compreensão dessa dinâmica exige o reconhecimento de que o gênero constitui uma construção social e histórica. Nesse sentido, Beauvoir (1967) evidencia que a condição feminina não decorre de determinismos biológicos, mas de processos de socialização que atribuem significados e expectativas diferenciadas aos sujeitos. Essa construção simbólica produz efeitos concretos na organização da vida social, restringindo a atuação feminina a papéis tradicionalmente associados ao cuidado, à reprodução e à submissão, enquanto o masculino é vinculado à racionalidade, à autonomia e ao exercício do poder.

A partir de outra perspectiva, Butler (1990) problematiza a própria noção de identidade de gênero ao sustentar seu caráter performativo, indicando que os papéis de gênero são reiterados por práticas sociais que os produzem e legitimam continuamente. Essa abordagem permite compreender que a subordinação feminina não se mantém apenas por imposições externas, mas também por meio da internalização e repetição de normas que regulam comportamentos e expectativas sociais. Complementarmente, Foucault (1978) demonstra que o poder opera de forma capilar, incidindo sobre os corpos e constituindo

subjetividades por meio de mecanismos disciplinares. No caso das mulheres, tais dispositivos manifestam-se, sobretudo, no controle da sexualidade, da capacidade reprodutiva e da inserção social, evidenciando que a dominação não se restringe a estruturas visíveis, mas se infiltra nas práticas cotidianas e nos discursos normativos.

No campo da teoria crítica contemporânea, Fraser (2009) destaca que as desigualdades de gênero devem ser analisadas a partir da articulação entre dimensões econômicas, culturais e políticas, evidenciando que a superação da subordinação feminina exige tanto o reconhecimento das identidades quanto a redistribuição de recursos e oportunidades. Nessa mesma linha, hooks (2000) enfatiza a importância de uma análise interseccional, ao demonstrar que as opressões de gênero se entrelaçam com marcadores como raça e classe, intensificando as formas de exclusão e marginalização.

Diante desse quadro, o presente artigo propõe examinar criticamente a constituição histórica dos papéis de gênero, identificar as formas contemporâneas de subjugação feminina e refletir sobre possibilidades de resistência e emancipação. Para tanto, a análise será desenvolvida em três momentos: inicialmente, aborda-se a formação histórica das distinções de gênero; em seguida, investigam-se as manifestações atuais da subordinação feminina nas estruturas sociais e institucionais; por fim,

discutem-se estratégias de enfrentamento do patriarcado, com ênfase em práticas sociais, jurídicas e políticas voltadas à promoção da igualdade substancial.

2. OS PAPÉIS DE GÊNERO IMPOSTOS ÀS MULHERES

A cultura patriarcal consolidou-se como um dos mais persistentes sistemas de organização social, estruturando relações de poder entre homens e mulheres e estabelecendo hierarquias que atravessam séculos. Dentro desse modelo, os papéis de gênero foram naturalizados como expressões de uma suposta ordem biológica ou divina, ocultando sua dimensão socialmente construída. Assim, a desigualdade de gênero não é um acidente histórico, mas resultado de práticas contínuas de subordinação feminina que se renovam ao longo do tempo.

Atribuir à mulher um papel secundário, restrito ao espaço doméstico e ao cuidado, foi um dos pilares da manutenção do patriarcado. Esse enquadramento produziu a ideia de que as mulheres seriam naturalmente destinadas à maternidade, à submissão e à dependência, enquanto os homens ocupariam o lugar da razão, da força e da autoridade. Tais concepções moldaram não apenas comportamentos individuais, mas também sistemas jurídicos, instituições políticas e práticas culturais que reforçaram a exclusão feminina.

Na contemporaneidade, ainda que muitos avanços tenham sido alcançados, os resquícios dessa herança patriarcal permanecem vivos, manifestando-se em desigualdades salariais, na sub-representação política das mulheres, na violência de gênero e na persistência de estereótipos que limitam sua autonomia. A análise crítica desses papéis sociais é, portanto, fundamental para compreender as raízes históricas das opressões atuais e para pensar caminhos de superação.

Simone de Beauvoir (1949), em sua obra “O segundo sexo”, foi pioneira ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”. Com essa formulação, a filósofa existencialista revelou que o feminino não é uma essência natural, mas uma construção histórica, moldada por práticas sociais, culturais e políticas que reiteram a inferiorização da mulher. O patriarcado, ao instituir normas de comportamento e delimitar espaços considerados “próprios” para cada gênero, consolidou uma lógica que associou a mulher ao corpo, à reprodução e à domesticidade, enquanto os homens foram vinculados à racionalidade e ao espaço público.

Heleieth Saffioti (2004), em seus estudos sobre a condição feminina e a estrutura patriarcal no Brasil, demonstra como o patriarcado se articula ao capitalismo para intensificar a exploração das mulheres. Para a autora, a divisão sexual do trabalho não apenas organiza funções produtivas e reprodutivas, mas também legitima uma hierarquia em que o trabalho doméstico

feminino é invisibilizado e desvalorizado. Essa análise evidencia que a desigualdade de gênero não pode ser reduzida a aspectos culturais, devendo ser compreendida em sua dimensão material e estrutural.

Michel Foucault (1976), ao discutir as formas de poder disciplinar e biopolítico, contribui para compreender como os corpos das mulheres foram historicamente regulados. A medicalização da sexualidade, o controle sobre a reprodução e as normas morais que definem o “papel adequado” da mulher demonstram que o patriarcado opera não apenas pela repressão, mas também pela produção de subjetividades. Assim, a mulher internaliza padrões de comportamento que garantem sua própria sujeição, revelando a complexidade das engrenagens do poder.

A partir dessas perspectivas, torna-se possível compreender os papéis de gênero como resultado de processos históricos que articulam poder, economia e cultura. Eles não são neutros nem universais, mas produtos de sociedades que, ao longo dos séculos, institucionalizaram a subjugação feminina como parte de sua lógica de funcionamento. Ao problematizar essa construção, abre-se espaço para refletir criticamente sobre como tais estruturas continuam a operar e sobre as possibilidades de resistência e transformação.

Judith Butler (1990), em *Problemas de Gênero*, mostra como as identidades de gênero são construções performativas, ou seja, não

decorrem de uma essência natural, mas de repetições normativas que consolidam o binarismo entre masculino e feminino. Ao evidenciar que o patriarcado utiliza esse binarismo como estratégia de poder, Butler revela que a subjugação da mulher não está apenas no campo econômico ou jurídico, mas também no simbólico. Essa perspectiva ajuda a compreender como a cultura patriarcal cria expectativas sociais que aprisionam as mulheres em papéis rígidos e de difícil ruptura.

Silvia Federici (2004), em *Calibã e a bruxa*, contribui com uma análise histórica da subjugação feminina ao evidenciar que a perseguição às mulheres na caça às bruxas foi parte constitutiva da transição ao capitalismo. O corpo feminino, sobretudo sua capacidade reprodutiva, passou a ser regulado como recurso econômico. Para a autora, o patriarcado não pode ser visto apenas como um sistema cultural, mas como engrenagem essencial para a acumulação capitalista. Esse vínculo demonstra que a opressão de gênero tem raízes materiais profundas, sendo estruturante para o funcionamento da sociedade moderna.

Sonia Corrêa (2018), por sua vez, destaca que as disputas em torno da sexualidade e dos direitos reprodutivos são centrais para compreender a permanência da lógica patriarcal em sociedades contemporâneas. Em suas análises sobre as ofensivas antigênero, a autora demonstra como movimentos conservadores utilizam a defesa da “família tradicional” como

estratégia para frear avanços democráticos. Assim, a subjugação da mulher não se manifesta apenas em desigualdades históricas, mas também em ofensivas políticas atuais que buscam recolocar o feminino sob controle normativo e reprodutivo.

A partir dessas leituras, percebe-se que a cultura patriarcal se sustenta em múltiplos níveis: simbólico, econômico e político. Butler revela como o gênero é performativamente construído; essa construção esteve ligada ao controle econômico e à exploração capitalista; e Corrêa mostra como a ofensiva contra a autonomia sexual e reprodutiva continua a ser peça-chave da manutenção da ordem patriarcal. Essa articulação evidencia que a subjugação feminina não é uma herança do passado, mas uma engrenagem ainda ativa na contemporaneidade, exigindo análise crítica e resistência política. (Corrêa, 2018).

A cultura patriarcal, ao instituir a subjugação da mulher como um padrão socialmente aceito, não apenas definiu os papéis de gênero, mas consolidou mecanismos de poder que atravessam gerações e contextos. Esse processo produziu uma ordem simbólica e material que legitima a desigualdade como se fosse natural, associando o feminino à fragilidade, à obediência e à domesticidade. Tal dinâmica revela que o patriarcado não é apenas um arranjo histórico do passado, mas um sistema ainda operante, capaz de se reinventar em discursos políticos, religiosos e científicos.

Nesse sentido, a análise crítica torna-se fundamental para desnudar os modos pelos quais a subjugação é perpetuada, abrindo espaço para compreender como as mulheres resistem e reconstroem suas trajetórias em meio às imposições culturais.

3. A CULTURA PATRIARCAL E A SUBJUGAÇÃO DA MULHER

A cultura patriarcal se consolidou historicamente como um sistema que organiza relações sociais e políticas a partir da supremacia masculina, impondo à mulher um lugar de subalternidade. Esse processo não ocorreu de forma espontânea, mas foi legitimado por instituições como a religião, o Estado e a ciência, que reforçaram a ideia de que a mulher estaria naturalmente destinada ao espaço privado, à maternidade e à obediência. Assim, a subjugação feminina foi sendo naturalizada como ordem social, criando um campo de invisibilidade que dificultou a contestação desses papéis ao longo do tempo.

Judith Butler (1990) mostra que o gênero não é uma essência, mas uma construção performativa que resulta da repetição de normas e expectativas sociais. Sob essa ótica, a cultura patriarcal utiliza o binarismo masculino/feminino como estratégia para sustentar desigualdades, transformando papéis sociais em “naturezas” imutáveis. Ao delimitar quais condutas e espaços cabem às mulheres, o patriarcado produz e reproduz formas de

subjugação que se apresentam não apenas no campo material, mas também no simbólico, restringindo as possibilidades de autonomia e de ruptura.

Silvia Federici (2004), ao analisar o período da transição ao capitalismo, revela como o patriarcado se entrelaçou ao controle econômico, sobretudo por meio da regulação dos corpos femininos. A caça às bruxas não foi apenas uma perseguição religiosa, mas um mecanismo político que criminalizou práticas de autonomia, como o aborto, a contracepção e formas comunitárias de cuidado. Dessa forma, o corpo da mulher foi convertido em recurso produtivo, submetido à lógica da reprodução e do trabalho não remunerado. Essa perspectiva demonstra que a subjugação feminina não é apenas cultural, mas também material, articulada às engrenagens do capitalismo.

Sonia Corrêa (2018), em seus estudos sobre a ofensiva antigênero, mostra que, mesmo em sociedades que avançaram em termos de direitos, a lógica patriarcal continua ativa por meio de novas formas de controle da sexualidade e da reprodução. A autora destaca que discursos em defesa da “família tradicional” e contra a chamada “ideologia de gênero” são estratégias políticas que buscam restaurar o controle normativo sobre os corpos das mulheres e sobre identidades dissidentes. Essa dimensão contemporânea evidencia que a subjugação feminina não é um fenômeno superado, mas um campo de disputa central na atualidade.

Assim, a cultura patriarcal deve ser compreendida como um sistema dinâmico e adaptável, que se sustenta pela naturalização da desigualdade e pelo controle reprodutivo e sexual das mulheres. Ao articular as análises de Butler, Federici e Corrêa, observa-se que a subjugação opera simultaneamente nos planos simbólico, econômico e político, garantindo sua permanência histórica e sua atualização em novos discursos conservadores. Essa compreensão crítica é fundamental para pensar alternativas de resistência e de emancipação, que serão exploradas na seção seguinte.

Por fim, sustenta-se que a transformação da sociedade requer a construção de novas narrativas sobre gênero e poder. Para ela, a liberdade e a igualdade não se alcançam apenas através de direitos formais, mas por meio da reorganização das relações sociais, da valorização do trabalho feminino e da garantia de autonomia sobre o corpo e a reprodução. Essa perspectiva reforça a necessidade de uma abordagem crítica, histórica e política para compreender e superar a subjugação da mulher na cultura patriarcal.

Diante da persistência da subjugação feminina, torna-se evidente que a análise crítica dos papéis de gênero deve avançar para discutir estratégias de resistência e transformação social. Autoras como Judith Butler (1990) e Silvia Federici (2004) demonstram que a desconstrução das normas patriarcais exige tanto a contestação simbólica quanto a reorganização

das relações de poder concretas, enquanto Sonia Corrêa (2018) destaca a importância de enfrentar as ofensivas antigênero contemporâneas por meio da mobilização política e dos direitos reprodutivos. Movimentos feministas ao longo da história, das sufragistas às organizações atuais de defesa dos direitos das mulheres, ilustram que a resistência é múltipla, articulando-se em esferas culturais, jurídicas e políticas, buscando não apenas a igualdade formal, mas a transformação profunda das estruturas que sustentam a dominação patriarcal.

4. RESISTÊNCIA E DESCONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO

A resistência à cultura patriarcal, segundo Judith Butler (1990), passa pela desconstrução das normas performativas de gênero. Para a autora, questionar os papéis pré-estabelecidos não significa apenas alterar comportamentos individuais, mas subverter as estruturas que sustentam a desigualdade. Essa perspectiva permite compreender a resistência feminina como um ato político, capaz de contestar discursos, práticas e instituições que perpetuam a subjugação, e de abrir espaço para novas formas de subjetividade e autonomia.

Silvia Federici (2004) evidencia que a emancipação das mulheres também depende da recuperação histórica daquilo que foi apropriado pelo patriarcado e pelo capitalismo, incluindo o controle sobre o corpo e o trabalho reprodutivo. Ao analisar a perseguição às mulheres durante a

caça às bruxas, Federici mostra que a resistência coletiva, através da preservação de saberes sobre saúde, sexualidade e solidariedade feminina, foi essencial para manter a autonomia em meio à opressão. Esse olhar histórico reforça que a transformação social demanda articulação entre resistência cultural e luta por direitos materiais.

Sonia Corrêa (2018) acrescenta que, nos contextos contemporâneos, os movimentos feministas têm enfrentado ofensivas antigênero, promovendo a defesa de direitos reprodutivos, igualdade política e combate à violência de gênero. A pesquisadora destaca que a resistência não se limita à esfera individual, mas envolve mobilização coletiva, legislação, políticas públicas e a criação de espaços seguros para que as mulheres possam exercer autonomia sobre seus corpos e escolhas de vida.

A resistência e a desconstrução dos papéis de gênero envolvem a contestação das normas e expectativas socialmente atribuídas às mulheres e aos homens, revelando que esses papéis não são naturais, mas historicamente construídos e reforçados pelo patriarcado. Judith Butler (1990) enfatiza que o gênero é performativo, ou seja, se constitui por meio de repetição de normas e comportamentos socialmente sancionados. Romper com essas normas performativas significa criar fissuras na estrutura que sustenta a desigualdade, permitindo que indivíduos e coletivos questionem e redefinam suas identidades de forma autônoma. Essa desconstrução não ocorre

apenas no nível simbólico, mas também nos campos político e social, ao desafiar instituições, legislações e práticas culturais que perpetuam a hierarquia de gênero.

Silvia Federici (2004) contribui para essa perspectiva ao mostrar que a resistência histórica das mulheres sempre esteve ligada à preservação de saberes, autonomia reprodutiva e solidariedade entre elas. A desconstrução dos papéis de gênero, nesse sentido, envolve não apenas a crítica teórica, mas também a prática coletiva, que busca transformar relações de poder concretas e reconstruir espaços de liberdade e participação. Federici evidencia que a luta contra a subjugação feminina é simultaneamente uma luta contra o controle econômico, social e simbólico imposto pelo patriarcado e pelo capitalismo.

Sonia Corrêa (2018) ressalta que os movimentos feministas contemporâneos exemplificam como a resistência à subjugação pode operar em múltiplas frentes. Por meio de políticas públicas, campanhas educativas e mobilização social, as mulheres contestam estereótipos e promovem o acesso a direitos reprodutivos e à participação política. Essa articulação demonstra que a desconstrução dos papéis de gênero não é apenas um processo individual, mas coletivo e estruturado, capaz de gerar mudanças institucionais e culturais significativas, desafiando normas historicamente naturalizadas.

Além disso, a desconstrução dos papéis de gênero está intrinsecamente ligada à educação e à produção de conhecimento crítico. Ao problematizar a história das relações de poder, revelar as práticas de dominação e estimular o questionamento dos papéis impostos, é possível criar novas formas de socialização e convivência. Movimentos feministas e teóricas como Butler, Federici e Corrêa apontam que a transformação social exige consciência crítica, ação coletiva e resistência constante, mostrando que a desconstrução dos papéis de gênero é tanto uma tarefa intelectual quanto política, essencial para avançar na igualdade real entre os gêneros.

Por fim, conclui-se que a transformação social depende da articulação entre reflexão crítica, ação coletiva e mudança institucional. Para ela, compreender a subjugação histórica das mulheres e os mecanismos atuais de controle de gênero é fundamental para promover uma sociedade mais justa e equitativa. Essa perspectiva reafirma que a luta contra a cultura patriarcal é uma responsabilidade coletiva, que exige engajamento político, consciência crítica e compromisso com a igualdade de gênero em todas as esferas da vida social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permite compreender que a subordinação feminina no âmbito da cultura patriarcal não se configura como um resquício histórico isolado, mas como uma engrenagem estrutural que

atravessa e articula dimensões simbólicas, econômicas e políticas da vida social. A investigação dos papéis de gênero evidencia que as desigualdades entre homens e mulheres não se originam de diferenças naturais, mas de processos históricos de construção social que atribuem às mulheres posições de menor prestígio e restringem sua autonomia. Tal constatação impõe a necessidade de uma leitura crítica das práticas sociais e dos padrões culturais que continuam a sustentar relações hierárquicas de poder.

Nesse cenário, a resistência feminina assume papel central como força transformadora. Ao longo da história, movimentos sociais, produções intelectuais e iniciativas políticas têm contribuído para tensionar e desestabilizar os padrões tradicionais de gênero. A educação crítica, a mobilização coletiva, a formulação de políticas públicas orientadas à equidade e a produção acadêmica comprometida com a transformação social constituem instrumentos fundamentais nesse processo. Importa destacar que a resistência não se limita ao enfrentamento das formas explícitas de dominação, alcançando também as estruturas simbólicas que naturalizam e perpetuam a desigualdade.

Sob essa perspectiva, a emancipação feminina demanda a articulação entre consciência crítica, ação coletiva e reconfiguração das instituições. A compreensão histórica dos mecanismos de opressão, aliada à

análise dos dispositivos contemporâneos de controle sobre os corpos e as subjetividades, revela-se indispensável para a construção de estratégias eficazes de transformação social. Trata-se, portanto, de um processo que exige não apenas o reconhecimento das desigualdades, mas o comprometimento ativo com sua superação.

A transformação das estruturas patriarcais, por sua vez, não pode ser compreendida como tarefa restrita às mulheres. Ao contrário, requer o engajamento de toda a coletividade na identificação e no enfrentamento das dinâmicas de poder que sustentam tais desigualdades. Isso implica a atuação não apenas no plano normativo, mas também nos campos simbólico, cultural e educacional, onde se produzem e reproduzem os significados sociais atribuídos ao gênero.

Em síntese, a superação da subjugação feminina exige uma abordagem integrada, que articule teoria e prática, reflexão crítica e ação política. A desconstrução dos papéis de gênero e a promoção da igualdade substancial configuram-se, assim, como desafios contínuos, de natureza histórica e estrutural, cuja efetivação depende de esforços coletivos, persistentes e multidimensionais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2004.

CORRÊA, Sonia. *Gênero, sexualidade e direitos: uma perspectiva crítica*. Brasília: Instituto Patrícia Galvão, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1976.